

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1129152
Emolumentos R\$ 33.224,57
Distribuidor R\$ 25,74
PMCMV/Mutua/Acoter/Issqn 1.762,20
Faty/Fundper/Funper/Funap/Péfil 296,33
Total R\$ 46.308,84



1129152

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ELOG S.A.

Entre

ELOG S.A.
como Emissora,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
como Interveniente Garantidora

Datado de
27 de julho de 2016

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º Ofício
12AGO 2016 1129152
ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
12 AGO 11 29 152

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ELOG S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ELOG S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, 1.440, 2º andar, CEP 06460-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.526.977/0001-79, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 35.300.039.521, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada de acordo com seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures da 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

e, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta na CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.149.454/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Interveniente Garantidora" e, quando em conjunto com a Emissora e Agente Fiduciário, "Partes");

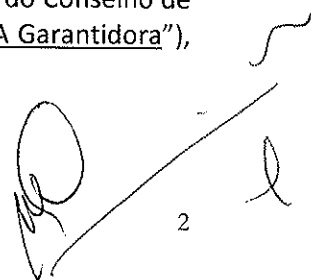
vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ELOG S.A." ("Escritura"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

Cláusula Primeira – AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de julho de 2016 ("AGE"), na qual foi deliberada: (i) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo conforme disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Emissora.

1.2. A fiança prestada pela Interveniente Garantidora foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Interveniente Garantidora realizada em 26 de julho de 2016 ("RCA Garantidora"), nos termos do seu estatuto social.



2

Cláusula Segunda – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A presente 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.1.2. A Oferta poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 3 de fevereiro de 2014. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, até o envio de encerramento da Oferta.

2.2. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.2.1. As atas da AGE e da RCA Garantidora de que tratam as Cláusulas 1.1 e 1.2 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas: (a) no caso da AGE, no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e no jornal "Diário de Notícias", e (b) no caso da RCA Garantidora, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

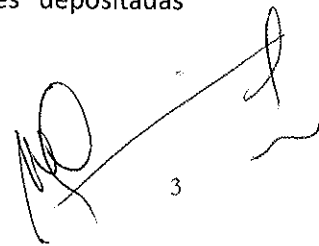
2.3. Registro da Escritura

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.24 abaixo, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de Barueri e de São Paulo, ambas localizadas no Estado de São Paulo, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura da presente Escritura, sendo uma via original, da Escritura e Aditamentos, registrada na JUCESP e nos cartórios indicados acima, entregue no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após os respectivos registros ao Agente Fiduciário.

2.4. Distribuição, Negociação e Depósito

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.


3

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas: (i) entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo); e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que as negociações deverão respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Objeto Social

2.5.1. Conforme o estatuto social da Emissora, a Companhia tem por objeto: (i) a prestação de serviços em estabelecimentos de armazéns gerais e silos, em prédios próprios ou locados e com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias em geral, inclusive produtos químicos orgânicos e inorgânicos, farmacêuticos, cosméticos, saneantes, domissanitários, aditivos para a indústria alimentícia, nacionais e nacionalizados, reprensagem de algodão, classificação, beneficiamento e padronização de produtos agrícolas e de mercadorias diversas, em qualquer tipo de embalagem ou a granel, com a consequente emissão dos documentos e títulos regulamentados por lei, especialmente conhecimentos e recibos de depósitos e *warrants*; (ii) prestar serviços e realizar, de forma individual ou conjugada, atividades relativas a operações de comércio exterior, tanto na exportação como na importação, nas atividades voltadas aos transportes e ao sistema retro portuário, tais como: (a) complexos de movimentação e guarda de cargas integradas por terminais, armazéns gerais, pátios, silos e frigoríficos, bem como, estabelecimentos de recinto alfandegado, previstos no Regulamento Aduaneiro, Portos Secos, Entrepasto Aduaneiro - EA e qualquer outro regime aduaneiro descentralizado; (b) nos seus estabelecimentos ou de terceiros os serviços referentes à montagem, desmontagem, preparação e reparo de embalagens; acondicionamento de mercadorias e substituição de embalagens, unitização e containerização, consolidação e desconsolidação de lotes de volumes e/ou mercadorias; (c) assistência técnica e apoio operacional aos transportadores e transitórios, bem como distribuição, consertos de peças, aparelhos e máquinas que, de qualquer forma, estejam envolvidos no referido ramo de atividades, principalmente os *containers*; (iii) no âmbito das atividades de armazém geral, em seus estabelecimentos ou de terceiros os serviços referentes à montagem, desmontagem, preparação e reparo de embalagens; acondicionamento de mercadorias e substituição de embalagens, unitização e containerização, consolidação e desconsolidação de lotes de volumes e/ou mercadorias; (iv) a organização logística do transporte de cargas e a operação de transporte multimodal ou intermodal; (v) o desenvolvimento e manutenção de retroáreas e de estacionamentos para veículos automotores; (vi) a administração e locação de bens destinados à exploração do objeto social; (vii) a armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres; (viii) a movimentação e armazenagem de carga; (ix) representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras, especialmente no tocante ao agenciamento de locadoras de containers e equipamentos de transportes e movimentação de cargas; (x) a prestação de serviços de consultoria, assessoria e planejamento comercial de importação e/ou exportação, bem como o exercício de todas as atividades conexas, consequentes ou subsidiárias do comércio exterior, atuando para esse fim junto aos órgãos governamentais, entidades estatais e privadas, executando os trânsitos e interferindo como beneficiária/consignatária nas importações e como embarcadores nos exportações, nas zonas primárias e secundárias de fiscalização, podendo inclusive contratar despachante aduaneiro quando necessário for; (xi) administração, coordenação, supervisão e planejamento logístico de atividades relacionadas ao transporte e distribuição de bens, contratação e execução das atividades relativas ao transporte nacional ou intermodal, bem como de qualquer forma de movimentação de carga, operando como transitória multimodal ou intermodal, nacional ou internacional; (xii) organização em seus estabelecimentos, notadamente em terminais, de oficinas de confecção, consertos e reparos de unidades de transporte, tais como containers, flats, pallets; (xiii) compra e venda, locação

de bens móveis, exportando e importando por conta própria e de terceiros, de quaisquer maquinários e equipamentos, principalmente o relacionado com o uso de containers, seus pertences e acessórios (locação de bens móveis previsto nesse item não se refere ao que prescreve a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, conforme alterada e Resolução nº 2.309, de 28 de agosto de 1996 do Conselho Monetário Nacional); (xiv) serviços de agenciamento de carga aérea doméstica e internacional; (xv) serviços de operador portuário, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 595 de 06 de dezembro de 2012; (xvi) o desenvolvimento e manutenção de armazéns gerais e/ou alfandegados; (xvii) o desenvolvimento, a contratação da construção, a comercialização e a manutenção de empreendimentos imobiliários do setor de logística; (xviii) a locação e/ou exploração comercial das unidades dos referidos empreendimentos imobiliários; (xix) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social; (xx) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (xxi) armazenamento, expedição, distribuição a transporte de cargas em geral e produtos de interesse da saúde, tais como: cosméticos, perfumes, produtos de higiene, alimentos, saneantes, domissanitários, produtos para a saúde, medicamentos e insumos farmacêuticos controlados e não controlados pela portaria 344/98; e (xxii) armazenamento, expedição, distribuição a transporte de cargas em geral e produtos tais como: (a) sementes e insumos agropecuários, (b) medicamentos e insumos farmacêuticos de uso veterinário; (c) agrotóxicos, seus componentes e afins, e (d) fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura representa a 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da ELOG S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. O Coordenador Líder organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e do Contrato de Distribuição, sendo que, no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder: (i) somente

poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo); e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo).

3.5.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM 539" e "Instrução CVM 554", respectivamente), e para fins da Oferta, serão considerados:

(a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

(b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

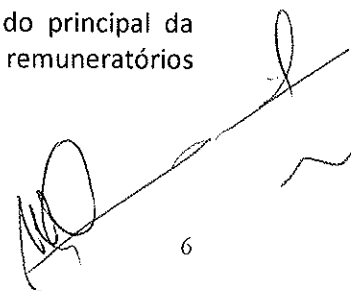
3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, conforme disposto na Cláusula 2.1 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. A distribuição das Debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM 476, considerando para tal a data do início conforme artigo 7-A da referida instrução como a data da primeira procura ao investidor. O Coordenador Líder deverá comunicar o encerramento da Oferta na forma e prazo previstos no artigo 8º da Instrução CVM 476.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para o pagamento do principal da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora ("3ª Emissão"), sendo que os juros remuneratórios da 3ª Emissão serão pagos com recursos próprios da Emissora.



3.7. Banco Liquidante e Escriturador

O banco liquidante e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de agosto de 2016 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

4.4. Espécie e Garantia

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

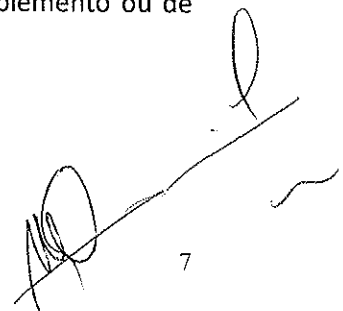
4.4.2. As Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória na forma de fiança, conforme disposto na Cláusula 4.24 abaixo.

4.5. Forma de Subscrição e Preço de Integralização

4.5.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por seu Valor Nominal Unitário, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures ("Preço de Integralização").

4.6. Prazo e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou de resgate antecipado, conforme previsto nesta Escritura.



4.6.1.1 Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (inclusive), até a Data de Vencimento (exclusive).

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

4.8.1.1 A Remuneração será calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.8.1.2 O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, desde a Data de Integralização (inclusive) até a respectiva data de pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI Over, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "nDI" um número inteiro; e

TDIk = Taxa DIk, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{i}{252}} - 1$$

onde:

DIk = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 3,2700 (três inteiros e vinte e sete centésimos); e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou data do último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.8.1.3. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.8.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI Over, será aplicada para apuração de TDik a última Taxa DI Over disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o titular desta Escritura quando da divulgação posterior da Taxa DI Over que seria aplicável.

4.8.3 Caso a Taxa DI Over deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a esta Escritura, será aplicada no lugar da Taxa DI Over, automaticamente, o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI Over, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.8.4 A Remuneração será integralmente paga na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto nesta Escritura.

4.9. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aditamento à Presente Escritura

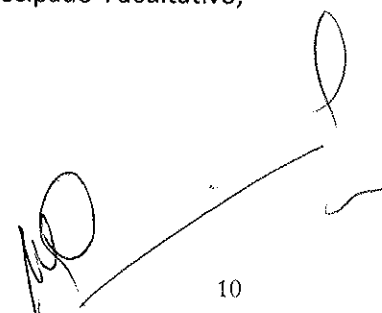
Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de: (i) Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo); e (ii) de prêmio-flat de resgate de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.11.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial nem a amortização antecipada facultativa parcial das Debêntures.

4.11.2. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser precedido de notificação por escrito enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.17 abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, observado que, nesta hipótese, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário na data da publicação do aviso aos Debenturistas ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo"). A Notificação do Resgate Antecipado Facultativo deverá conter: (i) a data para o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) menção ao valor objeto do Resgate Antecipado Facultativo, conforme Cláusula 4.11.4 abaixo.



4.11.3. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito pela Emissora, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e do Escriturador.

4.11.4. O valor a ser pago aos Debenturistas em razão do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser equivalente ao Valor Nominal Unitário a ser resgatado, acrescida: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures até a data do Resgate Antecipado Facultativo e dos encargos moratórios, se for o caso; e (ii) do pagamento do prêmio nos termos da Cláusula 4.11.1 acima.

4.11.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.12.2, 4.12.3 e 4.12.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, conforme o caso, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) provarem-se falsas ou enganosas, ou ainda incorretas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, nesta Escritura ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, desde que não sanado em até 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo descumprimento, salvo se o referido descumprimento decorrer de falhas e/ou problemas operacionais com relação à CETIP e/ou ao Escriturador, os quais sejam comprovados pela Emissora ao Agente Fiduciário, sendo que nesta hipótese a Emissora possuirá 1 (um) Dia Útil adicional de prazo de cura;
- (c) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, desde que não sanado no respectivo prazo de cura ou, na sua ausência, em até 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento;
- (d) declaração de vencimento antecipado ou ocorrência de inadimplemento, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, de obrigações pecuniárias assumidas perante quaisquer dos Debenturistas;
- (e) declaração de vencimento antecipado ou ocorrência de inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, de obrigações pecuniárias assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora e R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no caso da Interviente Garantidora, ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA – Índice de Preços

ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA");

- (f) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto em reduções de capital geradas por reorganizações societárias em que a Interviente Garantidora permaneça no bloco de controle direto ou indireto das empresas envolvidas em tais operações, inclusive reduções de capital mediante entrega à Interviente Garantidora da totalidade do capital social da ELG01 Participações Ltda. (CNPJ/MF sob o nº 11.413.121/0001-81) e/ou da Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (CNPJ/MF sob o nº 07.861.782/0001-00) que serão realizadas até o dia 31 de dezembro de 2016, hipóteses nas quais não haverá necessidade de aprovação prévia por parte dos Debenturistas;
- (g) distribuição, pela Emissora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) ocorrência de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na exclusão da Interviente Garantidora do bloco de controle direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sendo certo que na ocorrência de alienação, cessão ou transferência de ações representando a totalidade do capital social da Emissora, esta deverá, obrigatoriamente, realizar a transferência das Debêntures de que trata o subitem (iv) do item (p) abaixo ou realizar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias corridos em ambos os casos, hipótese na qual não haverá necessidade de aprovação prévia por parte dos Debenturistas;
- (i) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto no caso de reorganizações societárias em que a Interviente Garantidora permaneça no bloco de controle direto ou indireto da(s) empresa(s) resultante(s) de tais operações, hipótese na qual não haverá necessidade de aprovação prévia por parte dos Debenturistas;
- (j) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora e/ou contra a Interviente Garantidora, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora e R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Interviente Garantidora, ou equivalente em outras moedas, sendo referidos valores atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, salvo se tiver sido comprovado que dentro do prazo legal: (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto tenha sido cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) tenha sido depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado tenha sido devidamente quitado pela Emissora;

- (k) negativação da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, nos seguintes cadastros dos órgãos de proteção ao crédito: SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, contra a Emissora e/ou Interviente Garantidora, desde que a negativação decorra de obrigação de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora; e de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no caso da Interviente Garantidora, ou equivalente em outras moedas, sendo referidos valores atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, e que não seja(m) devidamente regularizada(s) ou suspensa(s) em até 10 (dez) Dias Úteis contados da efetiva negativação;
- (l) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa de entidade regulatória, em qualquer dos casos não passível de recurso ou de questionamento judicial, ou, ainda, decisão arbitral definitiva ou procedimento assemelhado de caráter definitivo contra a Emissora e/ou a Interviente Garantidora, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora; e R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no caso da Interviente Garantidora, ou equivalente em outras moedas, sendo referidos valores atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, exceto se a Emissora e/ou a Interviente Garantidora, conforme o caso, comprovarem, em termos satisfatórios aos Debenturistas, que tal decisão não poderá prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (m) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (n) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, de forma que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, conforme o caso, das obrigações assumidas nesta Escritura, exceto se: (i) tal operação de transferência ou cessão tiver sido aprovada por titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (ii) decorrer de operação de fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou cisão previamente aprovada nos termos das alíneas (h) e (i) desta Cláusula 4.12.1; ou (iii) decorrer de reorganização societária em que a Interviente Garantidora permaneça no bloco de controle direto ou indireto das empresas envolvidas em tal operação; ou (iv) for realizada da Emissora para a Interviente Garantidora, atingindo a totalidade das Debêntures, mediante a substituição do detentor da posição contratual de emissor das Debêntures e/ou assunção de dívida representada pelas Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, hipóteses nas quais não haverá necessidade de aprovação prévia por parte dos Debenturistas;
- (q) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, exceto no caso de reorganizações societárias em que a Emissora deixe de existir, mas a Interviente

Garantidora permaneça no bloco de controle direto ou indireto da(s) empresa(s) que sucedeu(ram) a Emissora após a realização de tais operações;

- (r) constituição, pela Emissora, de quaisquer ônus ou gravames sobre seus bens móveis ou imóveis que representem mais de 30% (trinta por cento) dos ativos totais, de acordo com suas últimas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis, incluindo as ações de emissão da Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia específica, exceto no caso de serem objeto: (a) de penhores, depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais, desde que liberados em 30 (trinta) dias de sua constituição, (b) de eventuais ônus ou gravames existentes na Data de Emissão; ou (c) de ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas para fins de constituição de garantias, única e exclusivamente, para operações de captação de recursos cujo objetivo seja viabilizar projetos da modalidade *built to suit* e/ou investimentos em melhorias operacionais;
- (s) se a Emissora vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não, exceto pela alienação da Elog Logística Sul Ltda., da Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e da Maringá Armazéns Gerais Ltda. de que trata o fato relevante divulgado pela Emissora e pela Interveniente Garantidora em 04 de julho de 2016;
- (t) se a garantia fidejussória não for efetivamente registrada pela Emissora, ou pela Interveniente Garantidora, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se ela, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura ou na hipótese da Interveniente Garantidora ou da Emissora questionarem judicialmente qualquer de seus termos;
- (u) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que acarrete indisponibilidade ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta, pela Emissora, de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças relevantes da Emissora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades principais, ou seja, que causem a interrupção total das operações da Emissora, em conformidade com a legislação aplicável, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove ao Agente Fiduciário a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, alvará ou autorização;
- (w) concessão, pela Emissora, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiro, não pertencente ao seu grupo econômico ou que afetem sua capacidade de adimplemento de suas obrigações financeiras, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD (conforme definido abaixo);

- (x) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 d Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (y) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.6 acima; e
- (z) existência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13, o Decreto nº 8.420/15 e, desde que aplicável, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* (em conjunto, as "Leis Anticorrupção") pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, por suas controladoras, qualquer de suas controladas ou coligadas.

4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (g), (j), (k), (m), (n), (o), (p), (q), (t), (w) e (y) da Cláusula 4.12.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando a declaração de vencimento antecipado condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, à Emissora. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 4.12.1 acima, o vencimento antecipado não será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, que deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 4.12.3 abaixo. A AGD mencionada acima deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.12.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.4. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.12.2. acima por falta de quorum após a segunda convocação; ou (ii) de 2/3 (dois terços) dos Debenturistas não aprovarem a não declaração do vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 4.12.1. acima.

4.12.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a Data de Integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento, em até 10 (dez) Dias Úteis contados: (i) da data em que for informada a declaração do vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura; ou (ii) da data da realização da AGD mencionada na Cláusula 4.12.2 acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.13 abaixo.

4.12.5.1. A Emissora e /ou Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.12.5. acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ("Encargos Moratórios").

4.14. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento a partir da data em que tais recursos tornaram-se disponíveis aos Debenturistas, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem depositadas na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Companhia, se for o caso.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Barueri, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no DOESP e no jornal "Diário de Notícias", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à CETIP da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.18. Aquisição Antecipada Facultativa

4.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no § 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, incluindo as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures caso algum dos

Debenturistas deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula 4.18 poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.18.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.18.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.19. Comprovação de Titularidade

Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures depositadas na CETIP, o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.20. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta.

4.24. Garantia Fidejussória

4.24.1. A Interveniente Garantidora, por meio desta Escritura, obriga-se e declara-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 do Código Civil, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), sub-rogando-se pelo pagamento integral do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios, bem como de todos quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo,

quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Valor Garantido" e "Fiança", respectivamente).

4.24.2. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.24.3. A Fiança é prestada pela Interveniente Garantidora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.24.4. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, quantas vezes forem necessários até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.24.5. A Fiança será paga pela Interveniente Garantidora no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitações, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto em caso de recuperação judicial, decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, quando o valor será pago em 2 (dois) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

4.24.6. O pagamento citado na Clausula 4.24.5 acima deverá ser realizado pela Interveniente Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.24.7. A Interveniente Garantidora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora, por qualquer valor honrado pela Interveniente Garantidora nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.24.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas por auditores independentes relativas ao respectivo exercício social, bem como declaração assinada por qualquer dos Diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as

disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (b) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares Debenturistas;
- (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, fornecer resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, bem como da CVM e da CETIP, sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se: (1) houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo; e (2) com relação à obtenção de certidões, no prazo estabelecido na alínea (g) da Cláusula 6.5 abaixo;
- (d) informar em até 1 (um) Dia Útil, por escrito, ao Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação relativa às Leis Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora;
- (e) enviar à CVM informações periódicas e eventuais, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e que não induzam o investidor a erro, nos termos da Instrução CVM 480, bem como observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), conforme aplicável, apresentando nos prazos legais ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (f) comunicar em até 1 (um) Dia Útil à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência quanto ao cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (g) abster-se de negociar, até o envio do comunicado de encerramento, com valores mobiliários de sua emissão e da mesma espécie desta Oferta, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (h) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o seu respectivo prazo de vigência, arcando com os custos dos referidos registros;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (l) manter seus bens adequadamente segurados, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (m) contratar e manter contratados os prestadores de serviços necessários, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP;
- (n) efetuar o recolhimento de tributos, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial;
- (o) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (p) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (q) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que sejam aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura ("Efeito Adverso Relevante"), exceto por aquelas questionadas de boa fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial;
- (r) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- (s) (a) cumprir e fazer com que os seus funcionários ou seus eventuais subcontratados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção; (b) manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (c) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora e/ou com a Interveniente Garantidora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (d) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária;
- (t) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório citado na alínea (k) da Cláusula 6.5, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob o controle comum, as coligadas, e as sociedades integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e

- (u) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.3. A Interveniente Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, bem como de declaração dos representantes da Interveniente Garantidora atestando o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura;
- (ii) informações sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento causado pela Interveniente Garantidora, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Interveniente Garantidora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Interveniente Garantidora fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo aquelas relacionadas a medidas tomadas ou a tomar pela Interveniente Garantidora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão; e
- (iii) caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações decorrentes desta

Emissão, quaisquer informações razoáveis que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Interviente Garantidora, das suas obrigações estabelecidas na Cláusula 4.24 desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora; e
- (l) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:
 - (a) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da

espécie quirografária da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. com vencimento em 15 de outubro de 2022, no volume total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.; (b) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul com vencimento em 15 de maio de 2017, no volume total de R\$148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões), na data de emissão. Foram emitidas 14.800 (quatorze mil e oitocentos) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul; (c) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. com vencimento em 15 de maio de 2017, no volume total de R\$143.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões), na data de emissão. Foram emitidas 14.300 (quatorze mil e trezentos) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.; e (d) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real da Primav Infraestrutura S.A. com vencimento em 20 de maio de 2022, no volume total de R\$2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões), na data de emissão. Foram emitidas 2.100 (duas mil e cem) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Primav Infraestrutura S.A.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- (a) a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário serão devidas parcelas trimestrais de R\$3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. As parcelas trimestrais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à:
 - (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar;
 - (ii) execução das garantias, caso sejam concedidas;
 - (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e
 - (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: (i) das garantias, caso sejam concedidas; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

- (c) no caso de celebração de aditamentos à Escritura, bem como nas horas externas ao Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
- (d) as parcelas citadas nas alíneas (a) a (c) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (e) os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento;
- (f) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (h) os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações;
- (i) a remuneração não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome do Agente Fiduciário ou da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação pela Emissora sempre que possível, sendo que a falta de aprovação não poderá prejudicar os direitos dos Debenturistas nem do Agente Fiduciário, quais sejam: publicações em geral; custos razoáveis incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;
- (j) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- (k) no caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou ainda no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários propostos; e
 - (l) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades Barueri e de São Paulo, ambas no Estado de São Paulo, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
 - (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data da respectiva solicitação;
 - (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
 - (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
 - (j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo.
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (viii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures;
 - (x) relação dos bens e valores entregues a sua administração; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e

- (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.17 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) disponibilizar o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, nos termos previstos nesta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.12 desta Escritura, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se assim autorizado pela unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será

realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado nos termos das Cláusulas 2.3.1 e 2.3.2 acima.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos na Cláusula 4.17 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas.

7.1. Convocação

7.1.1. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A(s) AGD(s) será(ão) instalada(s), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.2.2. Para efeito da constituição do quorum de instalação a que se refere esta Cláusula Sétima e/ou deliberação nos termos desta Escritura, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores, dos seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência de cada AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as deliberações em AGD serão tomadas pela maioria dos Debenturistas presentes à AGD.

7.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características das Debêntures, quais sejam: (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iv) Data de Vencimento; (v) quoruns de deliberação de AGD previstos nesta Escritura; (vi) Garantia; e (vii) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas na Cláusula 4.12 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com os quoruns para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula 4.12 acima.

7.4.3. As deliberações que digam respeito a quaisquer características das Debêntures não incluídas na Cláusula 7.4.2 acima, bem como no caso de renúncia ou pedido de perdão temporário (*waiver*) eventualmente requerido, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.5. Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 7.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura.

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em quaisquer AGD(s), sendo certo que o Agente Fiduciário sempre comunicará a Emissora nos mesmos prazos de convocação dos Debenturistas, acerca da ocorrência de qualquer AGD.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas, desde que validamente comunicado da convocação.

7.8. As alterações aos termos e condições das Debêntures somente poderão ser levadas para deliberação em AGD por meio de proposta feita pela Emissora ou pelos Debenturistas, desde que acordado pelos mesmos, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura e os demais documentos relacionados à Emissão em que a Emissora é parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações por ela assumidas conforme previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (f) a celebração, os termos e as condições desta Escritura: (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, as obrigações assumidas nesta Escritura, desde que a Emissora tenha sido cientificada nos termos da lei; e (4) não resultarão em: (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora;
- (g) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé, nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial, está cumprindo as

leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere Efeito Adverso Relevante;

- (h) a Emissora está cumprindo a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando, sempre que aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais já apurados, decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas pela legislação vigente aplicáveis ao desenvolvimento das atividades descritas em seu objeto social, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (i) exceto por obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere um Efeito Adverso Relevante;
- (j) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora, não há, nesta data, qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, em relação ao qual a Emissora tenha sido citada ou notificada, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que possa, comprovadamente, causar um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito desta Escritura;
- (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão de que é parte, e que não ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento;
- (l) todas as informações escritas fornecidas aos Debenturistas com relação à Emissão até a Data de Emissão, pela Emissora, para fins da Oferta, não contêm qualquer informação falsa ou incorreta ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas;
- (m) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora em tais datas e para tais períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, sendo que, desde 31 de dezembro de 2015, não houve: (1) qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora; (2) nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora; e (3) qualquer operação material envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que tenha causado ou possa causar um Efeito Adverso Relevante para a Emissora;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

- (o) tem conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas "Obrigações Anticorrupção") e mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento das Leis Anticorrupção;
- (p) dá pleno conhecimento das Obrigações Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; e
- (q) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.2. A Interveniente Garantidora neste ato declara que:

- (a) os representantes legais que assinam esta Escritura e os demais documentos relacionados à Emissão em que a Interveniente Garantidora é parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Interveniente Garantidora, as obrigações por ela assumidas conforme previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (d) a Fiança ora prestada constitui nesta data uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem nesta data qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) todas as informações escritas fornecidas aos Debenturistas com relação à Emissão até a Data de Emissão, pela Emissora, para fins da Oferta, não contêm qualquer informação falsa ou incorreta ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas;
- (g) tem conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter as Obrigações Anticorrupção e

mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento das Leis Anticorrupção; e

- (h) dá pleno conhecimento das Obrigações Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ELOG S.A.

Avenida Tamboré, nº1440 – 2º andar

CEP 06460-000, Barueri - SP

At.: Marcello Guidotti e Bernadete Castro

Telefone: (11) 3787-2600 / 4359-6006

Correio Eletrônico: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br / bernadete.castro@ecorodovias.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13 - Grupo 205

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para a Interviente Garantidora:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 1510, 3º andar, Vila Olímpia

CEP 04547-005, São Paulo - SP

At.: Marcello Guidotti / Bernadete Castro

Telefone: (11) 3787-2667 / 4359-6006

Correio Eletrônico: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br / bernadete.castro@ecorodovias.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco - SP

At.: João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo - SP
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, e as obrigações aqui encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura a Emissora, a Interviente Anuente e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de julho de 2016.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinaturas.)

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ELOG S.A.

ELOG S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

12 AGO 2016 11 29 15 52

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ELOG S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Sonia Regina Menezes
Procuradora

Nome:

Cargo:

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
30-01-2010
12460 1129152
ARQUIVADO EM 30-01-2010
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ELOG S.A.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

REGISTRO DE DIÁRIOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO
12460 1129152
ARQUIVADA OFÍCIO DE REGISTRO E
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da ELOG S.A.

TESTEMUNHAS:

Fernanda M Silva

Nome: Fernanda Silva
RG: RG: 28.569.558-7
CPF: CPF: 283.839.718-42

Silvia Leite Sanches de Souza

Nome: Silvia Leite Sanches de Souza
RG: RG 18348742
CPF: CPF 093.955.427-56

3º
RTO

3.º SERVIÇO REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda 52, 3.º andar - Rio de Janeiro - CEP: 20011-030 089169AA042828
Tels: (21) 2221-2005/2221-3938 - CNPJ: 27.150.259/0001-75

Documento Protocolado, Microfilmado e Digitalizado sob o Nº 1129152 e
Registrado no Livro B-74 sob Nº de Ordem 260837, em 12/08/2018

[Assinatura] Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Seio da Fiscalização Eletrônica
EBNY 77705 FEI

☒ Renato Alves da Silva - Oficial Tabelião
☐ Ricardo V.M. Antunes - Substituto
☐ Marcos A.F. da Silva - Esc. Autorizado

Emolumentos R\$33224,67 Distribuidor R\$26,7 Consulte a Validade do Selo Em
Fetj/Fundperj/Funperj/Funarpen R\$11296,33 <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublic>
PMCMV/Mutua/Acoterj R\$13,64 - Issqn R\$1746,66 Total: 46308,64

ARQUIVADA COM O MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

12460 2016 1129152

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º 31010

[Assinatura]